ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 39 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I39.17501

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 39 (2023) | e-issn: 1679-768x

PESQUISA DOCUMENTAL EM ATAS DE REUNIÕES: METODOLOGIA DE PESQUISA E APLICAÇÃO EMPÍRICA NA GEOGRAFIA

Documental analysis in minutes of meetings: research methodology and empirical application in Geography

Análisis documental en actas de reunión: metodología de investigación y aplicación empírica en Geografía

CÉZAR FREITAS BARROS

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Resumo: Este artigo tem como preocupação principal discutir os tipos de fontes e metodologias de análise documental utilizados na Geografia e propor uma forma de utilizar atas de reuniões na pesquisa, valendo-se de exemplo do uso que fazemos desses documentos em nosso trabalho. Resgatamos o debate sobre o tempo na Geografia, buscamos referenciais sobre o estudo de documentos em outras disciplinas e aplicamos a forma de análise proposta na fonte em que nos baseamos. Campos de estudos como o da Geografia Histórica nos ofereceram muitos indícios de como avançar a investigação, assim como a própria História e áreas afins. As atas de reuniões possuem muitas limitações, mas também informações difíceis de serem encontradas em outras fontes, sendo necessário precaução ao se apropriar dos dados. A análise efetuada ilustra o processo de ocupação do Distrito Agroindustrial de Anápolis, paralelamente à criação de leis municipais de incentivo à industrialização.

Palavras-chave: Análise documental, Atas de reuniões, Pesquisa qualitativa, Anápolis/GO, Industrialização.

Abstract: The main concern of this article is to discuss the types of sources and document analysis methodologies used in Geography, and to propose a way of using meeting minutes in research, taking as example the documents we study in our own work. We revised the debate about time in Geography, looked for references on the study of documents in other disciplines and applied the proposed form of analysis in our source. Fields of study such as Historical Geography have offered us many tools by wich we took the investigation, as well as History and related areas. Minutes of meetings have many limitations, requiring caution when approaching the data, but also hold information difficult to find in other sources. The carried out analysis illustrates the process of occupation of the Agroindustrial District of Anápolis, as the municipality went through law making to encourage industrialization.

Keywords: Document analysis, Minutes of meetings, Qualitative research, Anápolis/GO, Industrialization.

Resumen: La principal preocupación de este artículo es discutir los tipos de fuentes y metodologías de análisis de documentos utilizados en Geografía, y proponer una forma de utilizar actas de reunión en la investigación, demonstrando el uso que hacemos de estos documentos en nuestra propia busqueda. Rescatamos el debate sobre el tiempo en Geografía, buscamos referencias sobre el estudio de documentos en otras disciplinas y aplicamos la forma de análisis propuesta en nuestra fuente. Campos de estudio como la Geografía Histórica nos han ofrecido indicaciones de cómo avanzar en la investigación, así como la propia Historia. Las actas de reuniones tienen muchas limitaciones, pero también información difícil de encontrar en otras fuentes, lo que exige cautela al apropiarse de los datos. El análisis realizado ilustra el proceso de ocupación del Distrito Agroindustrial de Anápolis, en paralelo a la creación de leyes municipales para incentivar la industrialización.

Palabras-clave: Análisis de documentos, Actas de reuniones, Investigación cualitativa, Anápolis/GO, Industrialización.

INTRODUÇÃO

A definição das ferramentas e métodos de análise para as fontes e dados coletados no decorrer de uma pesquisa pode potencializar, dificultar ou boicotar o seu desenvolvimento.

Quando obtemos uma fonte documental heterodoxa, esta questão aparece de maneira ainda mais potente: como utilizar a pesquisa documental e a análise qualitativa para estudar atas de reuniões de uma associação empresarial dentro da Geografia?

As respostas para esta pergunta passam por compreender a relação entre nossa disciplina e a principal categoria de estudo da História, o tempo, visto que o recorte da série documental compreende um intervalo do passado, entre 1977 e 2009. Além disso, nos preocupamos também com a forma como trataríamos o próprio documento, de maneira prática. A História também discute este assunto, através de alguns de seus autores clássicos, mas são poucos os estudos sobre este tipo de fonte específica. Julgamos que compreender seus limites e potencialidades é fundamental para utilizá-las de forma a potencializar o trabalho.

O município de Anápolis, de cerca de 398.817 habitantes (IBGE, 2022) e localizado na região central do estado de Goiás, está a 59 quilômetros da capital estadual, Goiânia, e 153 quilômetros de Brasília, capital federal. Fundada em 1907, Anápolis é a mais antiga das três, e possui uma classe empresarial bem tradicional, representada entre outras entidades pela Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA). As atas utilizadas nesta pesquisa foram elaboradas em reuniões desta instituição de representação política da classe empresarial anapolina.

Em 1976, Anápolis recebe o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), primeiro distrito industrial implementado em Goiás, e atualmente o que possui a maior quantidade de empresas instaladas e em funcionamento no estado. Seu processo de ocupação foi talvez o principal ponto de discussão da ACIA, que buscava articular a classe empresarial e política em torno do oferecimento de vantagens àqueles que decidissem se instalar no município. Essas discussões, entre as quais se encontram temas como leis municipais, estaduais e federais, assim como criação de infraestrutura viária e produtiva, articulação com políticos, entre outros, estão registradas nas páginas das atas da associação. Julgamos que a relevância destas informações é demasiado grande para ser ignorada.

No primeiro tópico, discutimos os estudos a respeito do estudo do tempo na Geografia, com foco nos autores brasileiros. Retomamos alguns dos clássicos que discutem a categoria do tempo, como este debate infere na denominação dos campos internos da disciplina – mais destacadamente a Geografia Histórica, e como os autores interpretam essas questões. Centramos a exposição a partir de um debate entre Maurício de Abreu (2000) e Milton Santos (1996), passando ao resgate de como o último aborda a noção de tempo em seus estudos sobre o espaço e seus elementos constitutivos.

Em seguida, questiona-se o que é o documento e como estudá-lo. Encontramos na História as diferentes formas como os documentos foram interpretados ao longo da historiografia, desde a sua baixa importância em comparação aos monumentos, passando pela valorização do documento enquanto prova incontestável de fatos, o crescimento no número de registros e na capacidade de processá-los, e, por fim, a consideração do próprio documento enquanto monumento, resultado de uma sociedade que quer perpetuar determinada imagem de si (Le Goff, 1990). Aborda-se ainda a metodologia proposta em algumas pesquisas no estudo de documentos, bem como na pesquisa qualitativa em Geografia.

No terceiro tópico, discutimos a possibilidade de se estudar atas de reuniões enquanto documentos que permitam resgatar períodos históricos anteriores, levando em consideração as suas possibilidades, fragilidades e perigos enquanto fonte documental a ser utilizada na disciplina. Expomos como este tipo de documento é pouco utilizado em pesquisas acadêmicas, e ainda mais na Geografia. Alguns exemplos de trabalhos são apresentados, assim como as metodologias utilizadas, os principais resultados e possíveis críticas ao uso da fonte. Por fim, destrinchamos a forma como realizamos a nossa própria pesquisa, explicando como fizemos a leitura dos documentos, a seleção de temas e assuntos, a triangulação ou confirmação de informações, entre outras etapas do processo de análise.

Por fim, apresentamos no último tópico alguns dos resultados obtidos durante a pesquisa. De modo a permitir uma exposição mais clara dos conteúdos, decidimos por apresentar alguns dos dados referentes às normas e aos objetos na escala local, mais especificamente as leis municipais de atração de indústrias implementadas no município de Anápolis e o processo de ocupação do Distrito Agroindustrial de Anápolis, observando e analisando a quantidade de empresas instaladas em diferentes anos observados do recorte.

O estudo do tempo na Geografia

Ainda que inserido no campo da Geografia, um trabalho que se utiliza de pesquisa documental e da análise de décadas anteriores tem um forte diálogo com a História. Não temos aqui a pretensão de classificar esta pesquisa como de Geografia Histórica, cujo interesse, segundo Abreu (2000), não necessariamente abarca o presente, ou uma trajetória partindo de um ponto no passado até a atualidade, mas sim o estudo de um tempo passado encerrado em seu próprio tempo, de forma sincrônica. Este trabalho tem uma preocupação diacrônica, ou seja, de buscar no passado os elementos que nos ajudam a compreender o nosso objeto de estudo no tempo presente, mas entendemos que muitos dos métodos adotados por essa área da Geografia nos ajudam a instrumentalizar a pesquisa.

Leite (2020) propõe uma discussão a respeito das críticas feitas ao estudo do passado na Geografia. O autor considera o aumento recente das discussões sobre a Geografia Histórica como reflexo do aumento do interesse sobre o passado, e concordamos com ele ao dizer que não necessariamente o pesquisador que estuda o passado pratica uma Geografia Histórica. Cita ainda referências nacionais e internacionais do campo de estudos. Maurício de Abreu seria a principal referência brasileira sobre o tema, escrevendo textos em que critica uma “ditadura do presente”.

Abreu (2000) diz que a autonomia da Geografia enquanto disciplina na França passou pelo discurso de negar a História na Geografia, e de definir os limites metodológicos entre as disciplinas. Ele elenca Jean Brunhes como um dos que definiram como objeto da Geografia o tempo presente, André Cholley como um dos responsáveis por creditar à Geografia a construção lógica do presente, e Richard Hartshorne, que dizia ser a

Geografia que estudava o passado uma "outra geografia" (Abreu, 2000). Silva (2012), partindo de dentro do campo da Geografia Histórica, também menciona a "lei" implícita de que a Geografia deveria estudar apenas o presente, deixando o passado para a História, como forma de garantir seu lugar enquanto ciência: "Para ir ao encontro da interpretação dos lugares, a geografia tem que considerar que as formas sociais são produtos históricos, resultado da ação humana sobre a superfície terrestre, e que expressam a cada momento as relações sociais que lhe deram origem" (Silva, 2012, p. 1).

Leite (2020) retoma os clássicos discutidos por Abreu (2000) e Silva (2012) e problematiza essa "lei" ou prática que coíbe o estudo do passado em detrimento do presente, argumentando que este discurso não aparece tão explicitamente nos trabalhos originais. Ao contrário, os três autores (Brunhes, Cholley e Hartshorne) possuem passagens em que dão importância ao estudo do passado e a uma análise histórica na Geografia em que consideram dois aspectos da relação entre a Geografia e o tempo: como incorporar o tempo na análise geográfica, e como estudar o passado. O grande objetivo era garantir que a disciplina tivesse um método claro, único e independente, imbuindo-se da mesma importância científica de outras, como a História e a Sociologia. A preocupação principal deveria ser estudar o espaço, mesmo que visto apenas no tempo presente, sem a necessidade de um estudo genético (Leite, 2020).

O autor apresenta uma discussão, derivada dos autores clássicos e presente ainda hoje, a respeito de como se operacionaliza o estudo do passado ou do tempo na Geografia. As críticas já existiam na primeira metade do século, e continuam hoje no Brasil, em que há uma consideração recorrente de que se faz um "uso indiscriminado do passado nos trabalhos, aparecendo como apenas quase uma nota introdutória" (Leite, 2020, p. 12).

Considerando ainda autores clássicos e o diálogo com outras disciplinas, é marcante a influência exercida na Geografia pelos historiadores da "Escola dos Annales"[1]. Godoy (2013) menciona e discute a importância dos Annales para mudar a forma como se pensa e estuda a história, alterando-se a representação do tempo histórico e distanciando-se dos temas ligados ao poder político e aos Estados Imperialistas (temas definidos *a priori*), passando a tratar de temas relacionados à economia e à cultura material, exercendo grande influência sobre outras áreas do conhecimento.

Em relação aos pensadores brasileiros, Salvi (1994) analisa os estudos sobre o tempo na Geografia Humana do país até a década de 1990, citando a concepção e o estudo do tempo para Milton Santos, que mais se dedicou ao assunto de acordo com a autora, além de outros autores, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ruy Moreira, Armando Corrêa da Silva e Wagner Costa Ribeiro.

A partir da década de 1960, duas correntes de pensamento na Geografia ligadas ao planejamento passaram a determinar os estudos sobre o tempo: uma corrente quantitativa ligada aos EUA e uma corrente crítica desenvolvida na França. É a última que

1 A escola dos Annales foi um grupo de historiadores franceses formado em torno do periódico Annales d'histoire économique et sociale, com grande influência na historiografia no século XX (ver Burke, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1997).

influencia mais fortemente os geógrafos brasileiros, tendo como ponto de partida o homem e sua sociedade como agentes do processo histórico, e gerando uma reformulação das relações homem/natureza: “A partir dessa mudança estrutural, o próprio espaço foi rediscutido, pois sendo considerado produto da história, que tem suas determinações históricas, deslocou o sujeito do âmbito da relação história-natureza” (Salvi, 1994, p. 253).

A maioria dos trabalhos analisados na Geografia apresentam Milton Santos como o principal autor brasileiro a estudar o tempo e sua relação com a disciplina. Salvi (1994) destaca duas de suas contribuições para o estudo do tempo na Geografia: as noções de tempo espacial e de sistema temporal. Também citando Milton Santos, Leite (2020) destaca a busca por uma “empirização” do tempo através das técnicas, que, características de cada período e constituintes dos sistemas técnicos dominantes, distinguem as épocas, os períodos.

Abreu (2000) dedica seu artigo e usa algumas páginas para dialogar diretamente com Santos (1996), que publicara havia poucos anos o livro *A Natureza do Espaço*. Logo nas primeiras palavras, Abreu (2000) aponta em tom irônico que o estudo de uma situação no passado enquanto presente (uma geografia “retrospectiva”) seria um “pesadelo” para Santos, mas que tentaria mostrar no artigo, a partir das próprias discussões sobre o tempo realizadas pelo baiano, que “o pesadelo pode se transformar em agradável e reconfortante sonho. Basta, para isso, que consigamos superar alguns obstáculos conceituais e ideológicos que impelem a geografia quase que ao exclusivo estudo do presente e que, por isso, empobrecem-na” (Abreu, 2000, p. 13).

Ele desenvolve seu texto a partir de uma indagação feita por Santos (1996) sobre como tratar a questão do tempo na Geografia, e dizendo que as noções de espaço e tempo, especialmente a partir do enfoque kantiano, “nasceram” juntas. Em seguida, Abreu (2020) faz uma breve discussão sobre as fontes documentais, mencionando sua importância, assim como a necessidade de utilizar fontes diferentes e comparar as informações. Mas faz uma provocação: uma Geografia do “presente” também não deve seguir o mesmo método?

Ao relatar seu estudo sobre o passado do Rio de Janeiro, no período colonial, mostrando como os conceitos podem ser operacionalizados, o autor traz a concepção de espaço e fala do percurso teórico de Santos (1996), dando ênfase aos objetos e ações, bem como aos conceitos derivados. Ao abordar as formas, Abreu (2000, p. 17) diz o seguinte:

> A materialidade está, pois, sempre em processo de redefinição, e isto se dá através das ações que a sociedade exerce sobre ela. Por isso é que as formas materiais, ainda que refletindo tempos mais antigos, são sempre definidas pelo presente, estão sempre em processo de refuncionalização para que atendam às determinações atuais da sociedade. Outro ponto importante do pensamento do autor é que a mesma coisa ocorre com as formas não materiais.

A passagem acima demonstra que, apesar das críticas e do estabelecimento do debate, muitos são os pontos em que há concordância entre os autores. Independentemente do posicionamento sobre o que a ciência a que se filiam deve estudar, há alinhamento em relação às metodologias e discussões conceituais.

Adicionando a esta parte da discussão, Silva (2012) indica problemáticas a respeito da definição da Geografia enquanto uma ciência do presente: a primeira seria a da definição própria do que é o presente. Aonde (ou quando) terminaria a História e começaria a Geografia? Além disso, as paisagens (atuais) são resultado de sucessivas gerações de habitantes, que não podem ser ignorados.

A terceira parte do livro de Santos (1996) chama-se "Por uma Geografia do presente". A partir deste título e do diálogo direto observado na obra de Abreu (2000), nos fizemos também algumas perguntas: Quais são as abordagens do tempo e do seu estudo na obra de Milton Santos? E qual era o posicionamento teórico do autor em relação ao tempo e ao elemento histórico nos estudos geográficos? Por fim, como este debate pode nos ajudar a encontrar ferramentas para nos apropriarmos do objeto de estudo escolhido? Revisitamos algumas das principais obras do autor para recuperar elementos desta discussão.

Milton Santos inicia, a partir de 1978, com *Por uma Geografia Nova*, um projeto intelectual com o objetivo principal de definir o conceito de espaço enquanto objeto de estudo da Geografia, culminando no livro *A Natureza do Espaço*, de 1996. Destacamos aqui as discussões sobre o tempo que o autor realiza nestes dois livros, assim como na obra *Espaço e Método*, de 1985.

Santos (1978) defende o uso de um enfoque "espaço-temporal" ao se enfrentar qualquer situação de pesquisa, evitando as abordagens espacial ou temporal tomadas isoladamente uma da outra. O autor concebe o tempo como um conceito relativo, concreto (independe da percepção individual) e dividido em secções de características particulares, passíveis de serem periodicizadas e levando à identificação de sistemas temporais. Aliados à organização espacial, os períodos históricos revelam uma sucessão de sistemas espaciais.

Destaca também a existência de variáveis de cada período, tomadas em conjunto e nunca isoladamente, que levam à sucessão dos sistemas. O lugar aparece como dotado de uma combinação específica de influências originárias de múltiplos pontos do espaço, tendo cada lugar um tempo espacial próprio:

> O lugar é, pois, o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre. Daí por que o fundamento de uma teoria que deseje explicar as localizações específicas deve levar em conta as ações do presente e do passado, locais e extralocais. O lugar assegura assim a unidade do contínuo e do descontínuo, o que a um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura concreta inconfundível [...] Cada lugar é, a cada momento, um sistema espacial, seja qual for a "idade" dos seus elementos e a ordem em que se instalaram. Sendo total, o espaço é também pontual (Santos, 1978, p. 258).

A discussão sobre os lugares continua em *Espaço e Método*. Santos (1985) associa à discussão da idade das variáveis a idade das técnicas. O lugar se diferencia dos outros por ser uma combinação de técnicas – e também de componentes do capital – diferentes, ou seja, de modos de produção concretos.

Nesta obra, aprofunda também a discussão sobre os objetos, e como estes assumem novas funções na medida em que a sociedade sofre mudanças. Os conceitos de forma, função, estrutura e processo, presentes em várias passagens do livro, são centrais. Para os fins desta discussão, trazemos a ideia de processo, ligada diretamente ao tempo:

> O tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Consequentemente, o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço (Santos, 1985, p. 73).

Aplicando estes conceitos ao estudo de determinada região produtiva, Santos (1985) sugere que seja considerado o seu presente, assim como a reconstituição de sua evolução, determinando o comportamento das variáveis selecionadas no decorrer do tempo. Além disso, considera também "forças em ação", contradições expressas no espaço e que são passíveis de análise em um determinado caso estudado: o Estado e o mercado; as influências internas e externas; o novo e o preexistente. Avançando sobre a discussão dos lugares realizada em 1978, é apresentada a noção de tempo espacial:

> A noção de *tempo espacial* supõe que cada vetor ou variável – formadores da sociedade, da economia e do espaço à escala de um país – possa apresentar-se (como de fato se apresenta) em diversos lugares segundo diversas idades. [...] Assim, cada lugar é o resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente datadas. [...] e a combinação particular de variáveis diversamente datadas constitui o *tempo espacial* próprio a um determinado lugar (Santos, 1985, p. 106).

Em *A Natureza do Espaço*, o conceito de técnica ganha ainda mais destaque, ligada à idade dos objetos:

> Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram a sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (Santos, 1996, p. 48).

Observa-se a centralidade do objeto na construção teórica de Milton Santos, conforme apontava Abreu (2000), interpretado tanto em sua origem, enquanto produto de uma técnica agora tida como universal e homogeneizante, porém distribuída de forma desigual no território, como em seu uso, também desigual, pautado no poder hierárquico dos diferentes agentes e escalas. Santos (1996, p. 137) elenca diferentes "tempos", como o "Tempo do Mundo", das empresas multinacionais; o "Tempo dos Estados-Nações", de escala nacional; e o tempo dos subespaços nacionais, regiões e lugares.

As diferentes temporalidades, definidas pelas hierarquias e usos que se fazem das técnicas, se encontram de maneira concreta apenas nos lugares, constituindo sua particularidade, seu tempo espacial. Se consideradas como conjuntos de possibilidades, a concretização ou cristalização das temporalidades se dão no tempo e no espaço, a partir dos eventos (Santos, 1996). Estes, com durações e extensões variadas, se superpõem, e quando tomados em conjunto, permitem "rever a constituição atual de cada lugar e a

evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço" (Santos, 1996, p. 155).

No final de sua obra, articulando passado, presente e futuro, assim como o conceito de evento, o autor diz o seguinte:

> O presente não é um resultado, uma decorrência do passado, do mesmo modo que o futuro não pode ser uma decorrência do presente [...]. O passado comparece como uma das condições para a realização do evento, mas o dado dinâmico na produção da nova história é o próprio presente, isto é, a conjunção seletiva de forças existentes em um dado momento (Santos, 1996, p. 330).

Na passagem acima, mais até do que nas anteriores, pode-se dizer que Santos (1996) valoriza o presente como resultado das forças do momento. Nesse sentido, enquanto o processo representa a passagem do tempo, com mudanças nas funções, a estrutura representa sempre o presente, o modo de produção atual e seus determinantes sobre a vida social. A forma aparece como portadora de resquícios do passado, rugosidades que condicionam, mas não determinam o presente. Os diferentes conceitos utilizados nas três obras selecionadas nos mostram que, de fato, esta era uma temática central para seu objetivo principal, qual seja, neste período, construir um arcabouço teórico para o estudo do espaço geográfico.

Nosso objetivo é estudar uma situação em um ponto do passado, bem como sua trajetória no tempo até o presente, como afirma e recomenda Santos (1996). No entanto, não se deve diminuir a importância de trabalhos que não se preocupam em alcançar o presente. Compreender o passado, ainda que de forma sincrônica, reduzido em seu próprio recorte temporal, pode produzir conhecimento social de relevância para se pensar o presente e o futuro. Se este estudo se preocupa com o espaço (ou mais fundamentalmente com a lógica da localização dos processos), enquanto elemento norteador da pesquisa, mesmo que restrito a um outro ponto no tempo, ele é pertencente à Geografia. Os questionamentos, ferramentas metodológicas e formas de apreensão do objeto utilizados nessas pesquisas são de extrema importância para a nossa própria, ainda que tenhamos um objetivo distinto ao analisar os nossos documentos.

O documento e a pesquisa qualitativa na Geografia

Ao lidarmos em nosso trabalho com uma fonte documental considerada heterodoxa na Geografia, buscamos referenciais que nos forneçam ferramentas e possibilidades de pesquisa em outras áreas do conhecimento. Jacques Le Goff, historiador da terceira geração da "Escola dos Annales", teve como principal tema de estudo o período medieval, mas deu importantes contribuições para o estudo de documentos. Le Goff (1990) distingue inicialmente os conceitos de "monumento" e "documento". O primeiro, ligado no senso comum a uma ideia de materialidade, teria na verdade um significado mais amplo, sendo "tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária de sociedades históricas" (Le Goff, 1990, p. 535-536). O documento, por sua

vez, antes tido apenas como um registro ou prova textual, passa a partir do final século XIX a ser considerado testemunho histórico. Este é, para o autor, o momento em que os documentos ascendem e triunfam sobre os monumentos, passando a ser utilizados por historiadores positivistas[2] de forma inconteste: enquanto provas de fatos passados, os documentos são sinônimo da verdade; e a falta deles indica a falta de comprovação histórica (Le Goff, 1990).

A partir do século XX, com o surgimento do periódico dos Annales, a própria noção de documento passa a ser criticada. Citando os fundadores da revista, Lucién Febvre e Marc Bloch, Le Goff (1990) apresenta a insatisfação do grupo em relação à passividade dos historiadores da época, que não colocavam em discussão os documentos utilizados, a forma como eram elaborados, armazenados e transmitidos. Questiona-se a dependência do documento para o estudo histórico, e passa-se a considerar outras fontes que não apenas os documentos escritos: palavras, sons, imagens, paisagens, objetos etc. Além desta renovação qualitativa, agrega-se uma renovação quantitativa: com o surgimento do computador, começa a era da documentação em massa, com a nova capacidade de processar séries de documentos de grande volume. A estas grandes mudanças na forma como se analisam os documentos é denominada, na década de 1960, como uma "revolução documental" (Glenisson, 1977, *apud* Le Goff, 1990).

Retornando o conceito de monumento, o autor agrega ainda uma nova camada de crítica à análise dos documentos. Além de considerá-los enquanto testemunho histórico, reconhecer outras formas de registro enquanto fontes históricas e analisar séries documentais, é necessário considerar o documento enquanto monumento, como resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro uma determinada imagem de si mesmas:

> A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. [...] No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo" (Le Goff, 1990, p. 545-546).

Ainda que outras fontes possam ser consideradas no estudo de algum recorte histórico, a importância do documento escrito como fonte para todas as ciências sociais ainda é central, como atesta Cellard (2008), por possibilitar formas de reconstrução do passado que outras fontes não necessariamente possuem:

> O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. [...] um corte longitudinal que favorece a observação do

2 Le Goff (1990) cita Bréquigny e La porte du Theil, no final do século XVIII, e Fustel de Coulanges, no século XIX, entre alguns dos historiadores positivistas franceses mais conhecidos.

> processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias (Cellard, 2008, p. 295).

O autor destaca também as "armadilhas" e dificuldades presentes na análise de documentos, como a pertinência, credibilidade e representatividade dos registros; o sentido das mensagens; o uso de termos e conceitos estranhos e em desuso; fragmentos faltantes; a dificuldade em se encontrar os vestígios e a rara possibilidade de os autores terem elaborado os documentos com a possibilidade de permitir uma reconstrução posterior (Cellard, 2008).

Considerando os perigos e obstáculos desta pesquisa, são indicadas então cinco dimensões a serem consideradas em qualquer análise documental realizada com um olhar crítico. A primeira delas diz respeito ao contexto social global em que os autores e destinatários dos documentos estavam inseridos. Em seguida, ele destaca a autoria: a identidade do autor do documento, seus interesses e motivos, assim como sua filiação ou representatividade de um grupo social ou uma instituição. A terceira dimensão indicada é a autenticidade e a confiabilidade do texto, aferindo a qualidade da informação transmitida: se os autores são testemunhas diretas ou indiretas dos fatos narrados; o tempo decorrido entre o fato e o que foi registrado; e a possibilidade de haver erros de julgamento ou enganos. Uma quarta dimensão é a natureza do texto: há grande diferença na liberdade de escrita entre um relatório científico e um diário pessoal, por exemplo. Por fim, destaca-se a lógica interna do texto: os conceitos-chave utilizados; a forma de desenvolvimento dos argumentos; o vocabulário e referenciais dos registros (Cellard, 2008). Após esta análise preliminar, a análise efetiva das informações consiste em reunir todas as partes:

> É esse encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento (Cellard, 2008, p. 304).

Carneiro e Barros (2017), nas Ciências Sociais Aplicadas (Contabilidade), propõem uma perspectiva histórica para o estudo de organizações. Os autores também creditam aos Annales a responsabilidade pela "revolução documental", refletindo no que ficou conhecido nos estudos organizacionais como "virada histórica", a partir do final da década de 1990, com maior diálogo com a História e maior preocupação com os processos e contextos nos estudos do próprio campo. Passa-se a discutir, então, "se o que está escrito nos documentos é o que aconteceu no passado histórico" (Carneiro e Barros, 2017, p. 16), ainda que, segundo os autores, não haja uma preocupação sobre a natureza dos documentos analisados ou as especificidades de utilizar essas fontes. Eles destacam também a contextualização das fontes históricas de pesquisa:

> A contextualização não se define unicamente no estudo sobre as particularidades históricas do período envolvido, mas também no esforço do pesquisador em compreender o processo, a interação e o ambiente institucional que um determinado documento representa, e isto

> independentemente do posicionamento teórico adotado (Carneiro e Barros, 2017, p. 20).

Retornando à Geografia, Maurício de Abreu (2000) alerta sobre algumas questões para estudar o passado na Geografia: a não universalidade das variáveis que operacionalizam a Geografia de um período no passado (diferentemente das categorias); é necessário contextualizar o "presente" de outra época, com outras leituras e pesquisas; as geografias do passado trabalham apenas com fragmentos do que ele deixou: "Por isso, é preciso sempre desconfiar dos vestígios que encontramos, pois os documentos não são neutros, isto é, incorporam estruturas de poder [...]. Por outro lado, há também que tentar dar conta do que não deixou vestígios, mas que sabemos que ocorreu ou que deve ter ocorrido" (Abreu, 2000, p. 18).

Ao discutir a pesquisa qualitativa na Geografia, levando em conta as particularidades da disciplina, Pessôa (2007) afirma que a abertura política ocorrida na América Latina foi um ponto de virada importante para a retomada das pesquisas qualitativas no Brasil a partir da década de 1980. De acordo com a autora, são os objetivos da pesquisa que indicam a escolha entre uma pesquisa quantitativa ou qualitativa. A pesquisa qualitativa seria mais adequada para estudos complexos que não exigem a quantificação, a fim de traduzir e expressar o fenômeno estudado considerando suas particularidades. Ela elenca os elementos que devem nortear a escolha de uma metodologia de pesquisa: a problemática do tema é o eixo fundamental e norteador da pesquisa, enquanto a formulação do problema é a base empírica, que fomenta a busca de um corpo teórico. Além disso, deve-se contextualizar o objeto no tempo e no espaço (recortes temporal e espacial, respectivamente). Assim como afirma Cellard (2008), a autora considera importante compreender o contexto do objeto estudado, interpretar e interagir com ele.

Ao analisar o contexto histórico da ciência geográfica, Pessôa (2007) destaca a crise da Geografia Tradicional em meados da década de 1950, levando a um momento de renovação a partir de duas correntes: a "Nova Geografia" (quantitativa) e a "Geografia Crítica". A autora afirma que a Nova Geografia se tornou um paradigma no Brasil na ditadura militar, a partir de 1964, até a abertura política iniciada em 1978. A partir deste período, haveria maior preocupação em explicar a essência dos fatos, mais do que com a aparência, representativa do método quantitativo, havendo então um rompimento. A Geografia Crítica se tornava assim o novo paradigma da Geografia brasileira. Apesar de a autora apresentar uma simplificação deste processo no Brasil, que possui um campo bastante diverso e que até hoje apresenta uma considerável influência da chamada "Nova Geografia", apresenta algumas das tendências que surgiram a partir deste momento de crise, destacando, além da corrente crítica, a corrente fenomenológica como sendo as duas orientações filosóficas da disciplina que mais se apropriam dos métodos qualitativos em suas pesquisas.

Entre as técnicas de pesquisa qualitativa utilizadas na Geografia a partir da década de 1980, Pessôa (2007) lista os já tradicionais trabalhos de campo e a observação, e acrescenta as entrevistas; a história oral; a pesquisa participante; a pesquisa ação; o estudo de caso; a análise do discurso; e o diário de campo. Propomos aqui outra

possibilidade. Ainda que classificadas mais amplamente como documentos escritos e passíveis de serem abordadas a partir das metodologias de análise documental, conforme discutimos, atas de reuniões são muito pouco utilizadas enquanto fontes de informações em pesquisas acadêmicas. Pretendemos a seguir apresentar uma contribuição para a discussão sobre o uso desse tipo de documento.

Atas de reuniões enquanto fonte documental

Se encontramos pouca reflexão sistematizada sobre a análise documental na Geografia, a discussão é ainda mais rarefeita quando consideramos atas de reuniões. São poucos os trabalhos que discutem esse tipo de fonte ou mesmo as utilizam. Já o havíamos feito na dissertação de mestrado (Barros, 2018) e obra resultante (Barros; Silva, 2021). Nestes trabalhos, utilizamos como fonte de pesquisa as atas de reuniões da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) entre os anos de 1936 e 1976 para compreender a composição da própria entidade: o perfil social dos diretores, as redes sociais com outras associações classistas, empresas e membros do Estado; as cooperações e conflitos entre os agentes observados; e alguns dos efeitos dos processos analisados sobre o território de Anápolis e do estado de Goiás.

O principal método de pesquisa empregado foi a análise de discurso, uma das técnicas descritas por Pessôa (2007), destacando em nossos resultados os posicionamentos da associação enquanto sujeito coletivo, a separação interna entre grupos de associados, principalmente entre a diretoria, composta de donos de grandes empresas, e a maioria dos associados, pequenos e microempresários; e a relação contraditória entre a ACIA e outras associações classistas, como a de Goiânia, com a qual vivia momentos intercalados de cooperação e de conflito em pleitos junto a integrantes do Estado (Barros, 2018). Em nossa pesquisa atual, utilizamos a mesma fonte de documentos da entidade, mas para um recorte temporal diferente: entre 1977 e 2009. Além disso, não temos como objetivo principal da pesquisa analisar a atividade específica da ACIA, muito menos sua estrutura e funcionamento internos. A análise de discurso, portanto, deixa de ser a principal técnica escolhida para a aproximação desses documentos. O objetivo específico em relação a esta fonte e etapa da pesquisa se concentra em uma análise exploratória de um período de tempo anterior à nossa investigação do presente, com a indicação de eventos, agentes, normas e processos que foram importantes no passado e contribuíram para o quadro socioespacial atual.

Buscamos outros trabalhos que fizessem reflexões diferentes sobre a prática de se analisar atas de reunião, já constituída de todos os predicados de um documento, como apontado por Le Goff (1990) e Cellard (2008), mas que possui também diversas particularidades, especialmente no que diz respeito à forma e objetivo dos registros, e como eles podem ser apropriados pela pesquisa científica.

No nosso levantamento bibliográfico, não encontramos nenhuma publicação conscrita à Geografia que fizesse o uso de atas de reuniões enquanto fonte documental, além das nossas próprias. No campo da Economia Financeira, Shwartz-Ziv e Weisbach

(2012) analisam atas de reuniões de diretoria de onze empresas nas quais o governo de Israel possui participação acionária, com o objetivo de analisar o modelo de atuação das diretorias, sendo caracterizadas como “monitoras ativas” das decisões dos presidentes (CEOs), sem grande protagonismo de deliberação. Mceachern (1998), na área de Comunicação Empresarial, analisa a ata de uma reunião específica de uma organização teatral sem fins lucrativos, considerando o documento enquanto ação simbólica, ao observar que o secretário ou criador da ata manipula os significados do texto a partir de escolhas semânticas e estruturais deliberadas para influenciar a percepção do leitor.

Os trabalhos citados acima nos deram algumas pistas de como a pesquisa com atas de reuniões pode ser feita. No entanto, consideramos outros dois trabalhos em que julgamos haver uma discussão metodológica e teórica mais aprofundada sobre o gênero de documento que elegemos.

Na história da educação, Esquinsani (2007) investiga as reuniões entre a Secretaria Municipal de Educação de um município do Rio Grande do Sul (não especificado) e equipes diretivas das escolas do município entre 1989 e 2004, totalizando 228 atas. Com o objetivo de reconstituir fragmentos da história recente do município, a autora estabeleceu oito categorias de análise dos documentos, de acordo com os temas mais recorrentes. Além disso, aponta alguns entraves encontrados na pesquisa com atas: a falta de organização dos arquivos, como datas trocadas, erros de português, informações faltantes, rasuras e apontamentos a lápis; e a forma fragmentada como os registros foram feitos, exigindo que o leitor tivesse um grande conhecimento da rede municipal de educação para compreender os assuntos. Ainda assim, aponta de maneira positiva a forma como pôde reconstituir trechos da gestão realizada pela Secretaria de Educação estudada (Esquinsani, 2007).

Gibson (2022), na área da História Social, faz um estudo comparativo entre as atas e gravações de áudio transcritas em *verbatim* de reuniões do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos com os presidentes estadunidenses Richard Nixon e John Kennedy, especialmente durante a crise dos mísseis de Cuba, para identificar procedimentos, complexidades e ambiguidades de se transcrever falas no papel. O autor enfatiza em suas discussões as intencionalidades dos escrivães, que no caso analisado omitiram detalhes operacionais, minimizaram conflitos internos, priorizaram decisões importantes e adicionaram termos para parafrasear discussões implícitas. Como consequência, ele indica que

> qualquer uma destas práticas pode prejudicar a veracidade das atas: materiais importantes podem ser omitidos; paráfrases podem ser imprecisas; abreviações podem exigir a invenção de palavras que haviam sido substituídas; e a interpretação pelo secretário do que alguém quis dizer pode estar incorreta. Além disso, enquanto alterações específicas de significado podem levá-los a explicações rasas, quando o produto final retrata o grupo como, por exemplo, mais unido, confiante e entusiasmado do que realmente é, uma fabricação sistemática de imagem pode estar sendo feita, algo possível pelo entendimento compartilhado de que atas são, inevitavelmente, uma representação incompleta de conversas, assim como pela possibilidade de edições futuras a esta representação (Gibson, 2022, p. 664, tradução nossa).

Em conclusão, Gibson (2022) considera que as atas fornecem traços de palavras ditas a portas fechadas, com a aparência de transcrição literal, quando não são, levando a conclusões errôneas sobre quem disse o que e sobre concordâncias e discordâncias sobre os assuntos discutidos.

Lendo os trabalhos sobre o tema e as metodologias aplicadas nas pesquisas, são muitas as dificuldades e os perigos relacionados a esse tipo de documento. No entanto, acreditamos que ainda assim seja um repositório muito valioso de informações, muitas das quais ditas entre paredes institucionais, e que revelam relações, conflitos, contradições do processo social que se desenvolve no e pelo espaço. Contornar as limitações da fonte e confrontar seus dados com outros achados é fundamental para validá-la enquanto ferramenta de pesquisa.

O objetivo principal da pesquisa da qual este trabalho resulta é analisar o circuito espacial produtivo (Santos, 1988) de medicamentos que atravessa os territórios goiano e anapolino. Nesse sentido, é caro para nós compreender o processo de industrialização do município de Anápolis, como também reconstituir o processo de equipamento e normatização do território através do tempo. Houve a paulatina densificação dos instrumentos normativos e das redes técnicas que perpassam o território goiano, e que acompanharam o processo de reestruturação produtiva na década de 1990. Além disso, buscamos compreender como acontece o cruzamento no território entre os circuitos produtivos, novos fluxos que estes movimentam e os quadros de poder local tradicionalmente constituídos no município. Enquanto grupo dirigido por oligarquias e grandes empresas locais, a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) se coloca como objeto e como fonte de documentos, um agente coletivo que se insere nos circuitos produtivos mais recentes, ao mesmo tempo que tem sua história confundida com a do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), participando do processo de constituição e povoamento do distrito, loteamento industrial com a maior quantidade de indústrias do estado de Goiás.

Analisamos as atas de reuniões da ACIA no período entre 1977, ano de início de operação do DAIA, e 2009, data do último registro disponível. Os arquivos foram obtidos durante a pesquisa de mestrado, em visita de campo na própria associação, e o processo de obtenção dos documentos é melhor detalhado em Barros (2018).

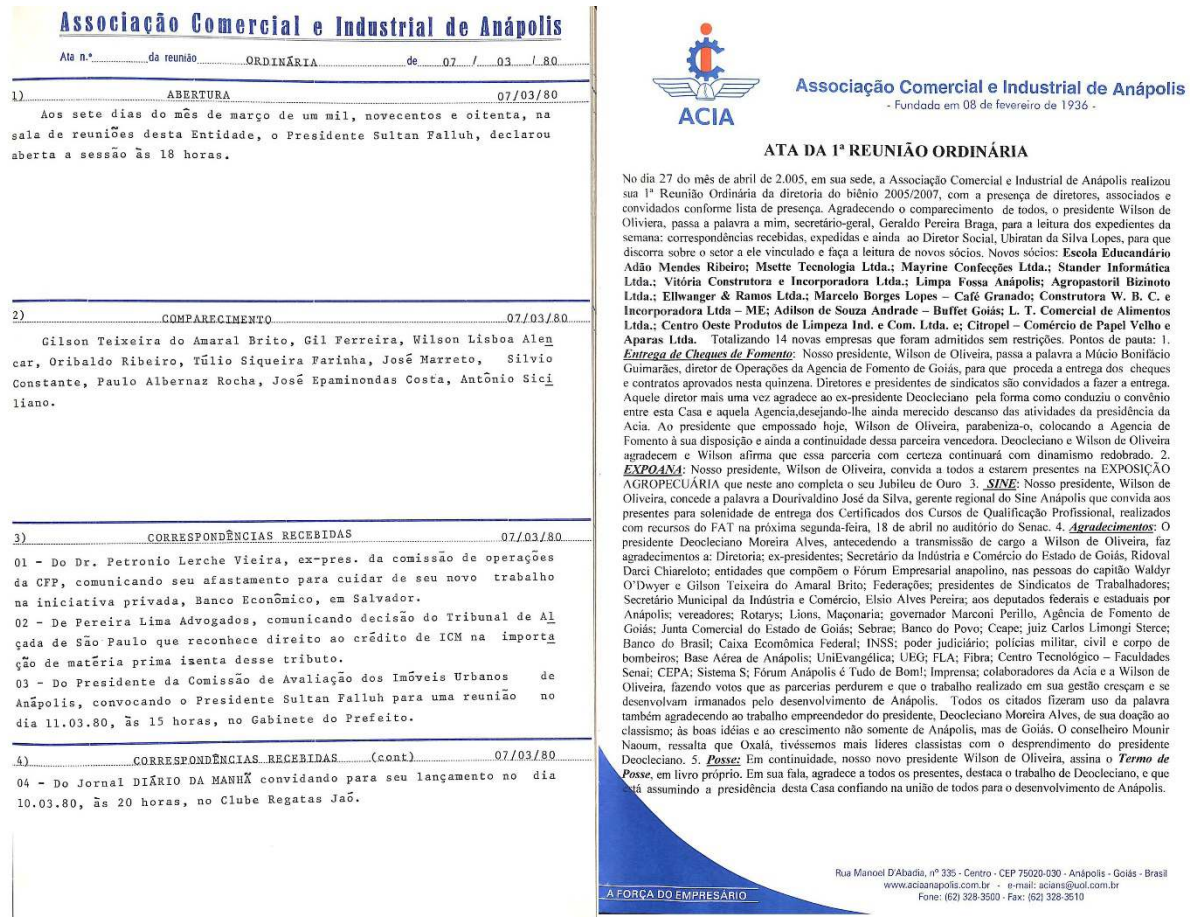
De maneira geral, as reuniões tinham frequência quinzenal, gerando um total de 4.842 arquivos no intervalo de 32 anos, incluindo as imagens das capas dos livros. Levando em consideração as problemáticas da pesquisa, conforme sugerem Pessôa (2007) e Cellard (2008), foram extraídas das atas informações relacionadas à industrialização de Anápolis; ao DAIA; à indústria farmacêutica; a infraestruturas logísticas e condições de circulação de bens e pessoas; a articulações políticas; a assuntos fiscais em diversas escalas, entre outros.

Utilizamos diferentes técnicas para transpor os conteúdos das imagens para o editor de texto. Inicialmente, foi feita a transcrição por digitação dos trechos escolhidos, processo que se mostrou demorado e cansativo. Posteriormente, aderiu-se a *softwares* de reconhecimento de fala (*MS Word; Speechtexter*) para transcrever os textos por ditado. Por fim, recorremos a um *software* de leitura óptica de textos em imagens (OCR),

chamado *wondershare*[3]. O aplicativo converte arquivos de imagem para o formato *pdf*, aglutina todos em um único arquivo de várias páginas e faz a leitura óptica das imagens através de inteligência artificial, permitindo copiar os conteúdos diretamente. Esta técnica foi aplicada a partir dos registros referentes ao ano de 1989. Até o ano de 1999, especialmente, as atas eram datilografadas, o que dificultou bastante o reconhecimento óptico do aplicativo, exigindo o uso das outras técnicas citadas. A partir de 1999, as reuniões passaram a ser registradas em computador. A transcrição manual e por voz ainda foram empregadas, mas em quantidade bem menor do que anteriormente, visto que o *software* conseguiu ler as palavras com maior facilidade.

Na Figura 1 estão dispostos dois formatos de ata, correspondendo a uma página cada. À esquerda, referente à reunião de 7 de março de 1980, é possível observar o documento datilografado, técnica utilizada pela associação até 1999. À direita, disponibilizamos uma ata digitalizada, referente à reunião do dia 27 de abril de 2005. Os assuntos são divididos em documentos por tópicos que remetem a determinado assunto, não havendo uniformidade entre as nomenclaturas dos temas.

Figura 1 – Exemplos de atas de reunião, datilografada em 1980 (à esquerda) e digitalizada em 2005 (à direita).



Associação Comercial e Industrial de Anápolis

Ata n.º da reunião ORDINÁRIA de 07 / 03 / 80

1) ABERTURA 07/03/80

Aos sete dias do mês de março de um mil, novecentos e oitenta, na sala de reuniões desta Entidade, o Presidente Sultan Falluh, declarou aberta a sessão às 18 horas.

2) COMPARECIMENTO 07/03/80

Gilson Teixeira do Amaral Brito, Gil Ferreira, Wilson Lisboa Alencar, Oribaldo Ribeiro, Túlio Siqueira Farinha, José Marreto, Silvio Constante, Paulo Albernaz Rocha, José Epaminondas Costa, Antônio Siciliano.

3) CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS 07/03/80

01 - Do Dr. Petronio Lerche Vieira, ex-pres. da comissão de operações da CFP, comunicando seu afastamento para cuidar de seu novo trabalho na iniciativa privada, Banco Econômico, em Salvador.
02 - De Pereira Lima Advogados, comunicando decisão do Tribunal de Alçada de São Paulo que reconhece direito ao crédito de ICM na importação de matéria prima isenta desse tributo.
03 - Do Presidente da Comissão de Avaliação dos Imóveis Urbanos de Anápolis, convocando o Presidente Sultan Falluh para uma reunião no dia 11.03.80, às 15 horas, no Gabinete do Prefeito.

4) CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS (cont) 07/03/80

04 - Do Jornal DIÁRIO DA MANHÃ convidando para seu lançamento no dia 10.03.80, às 20 horas, no Clube Regatas Jaó.

ACIA

Associação Comercial e Industrial de Anápolis
- Fundada em 08 de fevereiro de 1936 -

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 27 do mês de abril de 2.005, em sua sede, a Associação Comercial e Industrial de Anápolis realizou sua 1ª Reunião Ordinária da diretoria do biênio 2005/2007, com a presença de diretores, associados e convidados conforme lista de presença. Agradecendo o comparecimento de todos, o presidente Wilson de Oliviera, passa a palavra a mim, secretário-geral, Geraldo Pereira Braga, para a leitura dos expedientes da semana: correspondências recebidas, expedidas e ainda ao Diretor Social, Ubiratan da Silva Lopes, para que discorra sobre o setor a ele vinculado e faça a leitura de novos sócios. Novos sócios: **Escola Educandário Adão Mendes Ribeiro; Msette Tecnologia Ltda.; Mayrine Confecções Ltda.; Stander Informática Ltda.; Vitória Construtora e Incorporadora Ltda.; Limpa Fossa Anápolis; Agropastoril Bizinoto Ltda.; Ellwanger & Ramos Ltda.; Marcelo Borges Lopes – Café Granado; Construtora W. B. C. e Incorporadora Ltda – ME; Adilson de Souza Andrade – Buffet Goiás; L. T. Comercial de Alimentos Ltda.; Centro Oeste Produtos de Limpeza Ind. e Com. Ltda. e; Citropel – Comércio de Papel Velho e Aparas Ltda.** Totalizando 14 novas empresas que foram admitidos sem restrições. Pontos de pauta: 1. ***Entrega de Cheques de Fomento***: Nosso presidente, Wilson de Oliveira, passa a palavra a Múcio Bonifácio Guimarães, diretor de Operações da Agencia de Fomento de Goiás, para que proceda a entrega dos cheques e contratos aprovados nesta quinzena. Diretores e presidentes de sindicatos são convidados a fazer a entrega. Aquele diretor mais uma vez agradece ao ex-presidente Deocleciano pela forma como conduziu o convênio entre esta Casa e aquela Agencia,desejando-lhe ainda merecido descanso das atividades da presidência da Acia. Ao presidente que empossado hoje, Wilson de Oliveira, parabeniza-o, colocando a Agencia de Fomento à sua disposição e ainda a continuidade dessa parceira vencedora. Deocleciano e Wilson de Oliveira agradecem e Wilson afirma que essa parceria com certeza continuará com dinamismo redobrado. 2. ***EXPOANA***: Nosso presidente, Wilson de Oliveira, convida a todos a estarem presentes na EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA que neste ano completa o seu Jubileu de Ouro 3. ***SINE***: Nosso presidente, Wilson de Oliveira, concede a palavra a Dourivaldino José da Silva, gerente regional do Sine Anápolis que convida aos presentes para solenidade de entrega dos Certificados dos Cursos de Qualificação Profissional, realizados com recursos do FAT na próxima segunda-feira, 18 de abril no auditório do Senac. 4. ***Agradecimentos***: O presidente Deocleciano Moreira Alves, antecedendo a transmissão de cargo a Wilson de Oliveira, faz agradecimentos a: Diretoria; ex-presidentes; Secretário da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, Ridoval Darci Chiareloto; entidades que compõem o Fórum Empresarial anapolino, nas pessoas do capitão Waldyr O'Dwyer e Gilson Teixeira do Amaral Brito; Federações; presidentes de Sindicatos de Trabalhadores; Secretário Municipal da Indústria e Comércio, Elsio Alves Pereira; aos deputados federais e estaduais por Anápolis; vereadores; Rotarys; Lions, Maçonaria; governador Marconi Perillo, Agência de Fomento de Goiás; Junta Comercial do Estado de Goiás; Sebrae; Banco do Povo; Ceape; juiz Carlos Limongi Sterce; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; INSS; poder judiciário; polícias militar, civil e corpo de bombeiros; Base Aérea de Anápolis; UniEvangélica; UEG; FLA; Fibra; Centro Tecnológico – Faculdades Senai; CEPA; Sistema S; Fórum Anápolis é Tudo de Bom!; Imprensa; colaboradores da Acia e a Wilson de Oliveira, fazendo votos que as parcerias perdurem e que o trabalho realizado em sua gestão cresçam e se desenvolvam irmanados pelo desenvolvimento de Anápolis. Todos os citados fizeram uso da palavra também agradecendo ao trabalho empreendedor do presidente, Deocleciano Moreira Alves, de sua doação ao classismo; às boas idéias e ao crescimento não somente de Anápolis, mas de Goiás. O conselheiro Mounir Naoum, ressalta que Oxalá, tivéssemos mais líderes classistas com o desprendimento do presidente Deocleciano. 5. ***Posse:*** Em continuidade, nosso novo presidente Wilson de Oliveira, assina o ***Termo de Posse***, em livro próprio. Em sua fala, agradece a todos os presentes, destaca o trabalho de Deocleciano, e que está assumindo a presidência desta Casa confiando na união de todos para o desenvolvimento de Anápolis.

A FORÇA DO EMPRESÁRIO

Rua Manoel D'Abadia, nº 335 - Centro - CEP 75020-030 - Anápolis - Goiás - Brasil
www.aciaanapolis.com.br - e-mail: acians@uol.com.br
Fone: (62) 328-3500 - Fax: (62) 328-3510

Fonte: ACIA (1980; 2005).

3 Licença trimestral no valor de 160 reais.

Ao final do processo de fichamento, o resultado foi um documento de texto de 479 páginas. Pesquisamos então outras ferramentas para realizar a depuração, classificação e análise dessa grande quantidade de informações. Optou-se pelo *software* de análise qualitativa "ATLAS.ti"[4], que permite criar códigos/classes de classificação, citações com trechos dos documentos, hierarquias de códigos, entre outras funções.

Levando em consideração a conceituação feita por Santos (1988), o estudo dos circuitos espaciais produtivos deve levar em conta todos os momentos da produção, quais sejam: a matéria-prima (seus locais de origem, formas e condições de transporte); mão de obra (qualificação, origem, condições de trabalho); armazenamento e circulação das mercadorias (localização de galpões e armazéns, qualidade, quantidade, diversidade de vias e meios de transporte); comercialização (monopólio de compra ou venda, formas de pagamentos, impostos incididos); e consumo (quem consome, principais mercados, tipo de consumo produtivo ou consumptivo). Destacamos também a centralidade que Santos (1996) dá às normas e aos objetos técnicos em sua teoria, e a conceituação que elabora a respeito da "Guerra dos Lugares" (Santos, 1999; Santos; Silveira, 2001) como disputa entre diferentes localidades pela atração de empresas, valendo-se de obras públicas de infraestrutura e programas de incentivos fiscais.

Quadro 1 – Categorias e temas de análise encontrados nas atas, baseados na nossa problemática de pesquisa

Categorias / 1ª ordem	**Industrialização**	**Infraestruturas logísticas**	**Articulações políticas**	**Normas e leis**	**Guerra dos lugares**
Temas /2ª ordem	Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA)	Rodovias	Associações classistas e sindicatos	Normas municipais	Guerra fiscal
	Infraestrutura do DAIA	Ferrovias	Instituições de ensino	Normas estaduais	Industrialização de Brasília
	Conflitos	Porto Seco Centro-Oeste	Empresas	Normas federais	Industrialização de Goiânia
	Reestruturação produtiva	Plataforma Logística Multimodal de Goiás (PLMG)	Políticos municipais	Normas empresariais	Industrialização de outros municípios
	Indústria farmacêutica		Políticos estaduais	Bancos e financiamentos	
	Comércio exterior	Empresas de logística	Políticos nacionais		
	Mão de obra				

Fonte: ACIA (1977 a 2009). Elaborado pelo autor.

4 A licença estudantil custa 240 reais por 6 meses, ou 455 reais por 2 anos. É possível utilizar a versão gratuita, limitada a 10 documentos, 50 citações, 25 códigos de classificação, após um período de 5 dias de acesso completo ao programa.

A partir destes pressupostos teórico-metodológicos, definimos também a nossa metodologia. Sá-Silva *et al*. (2009) indicam a necessidade de se estabelecer uma unidade de análise, a partir da seleção de fragmentos específicos do conteúdo para a análise, o que também chamam de método de codificação. Em seguida, discutem a forma de registro, seja em anotações no próprio material; esquemas; diagramas ou sínteses. A partir do método indutivo, no decorrer do processo de análise, chega-se à construção de categorias de análise. No Quadro 1, é possível observar as categorias (1ª ordem) e os temas (2ª ordem) que elaboramos. Os temas abordados neste artigo estão sublinhados.

Há ainda temas de 3ª e 4ª ordens. No caso dos políticos estaduais, por exemplo, na 3ª ordem de informações há os assuntos relativos ao Governador de Goiás, aos secretários estaduais e deputados estaduais. Em uma 4ª ordem, encontram-se os nomes de cada ocupante do cargo em questão, nos dando indícios para investigação, nesse caso, nas agendas legislativas e no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Segundo Sá-Silva *et al*. (2009), as categorias devem apresentar claras diferenças entre si, ao mesmo tempo que os itens que abarcam devem ser homogêneos, criando assim grupos de temas e conceitos coerentes e bem delimitados, em constante processo de reavaliação. Por fim, advogam pelo aprofundamento, ligação e ampliação dos conteúdos, tanto internamente ao documento como em relação a outras fontes que possam ser comparadas. Carneiro e Barros (2017) também indicam a necessidade de triangular as informações obtidas das fontes documentais com outras fontes, como outros documentos, notícias, trabalhos acadêmicos etc.

Podemos observar alguns dos problemas relatados por Esquinsani (2007) na utilização das atas, especialmente a especificidade dos assuntos e da linguagem utilizada nos registros, e a falta de informações. Em diversos momentos, havia lacunas de atas pontuais cujo conteúdo poderia oferecer importantes pistas para a pesquisa; e grandes intervalos de interrupção nos arquivos, como a ausência completa do ano de 1998 no livro de atas. Em contraponto, a metodologia utilizada pelos secretários era relativamente homogênea, assim como o cuidado com a Gramática Normativa e a formatação das atas.

Em relação à confecção e às intencionalidades dos criadores dos documentos, como a consideração da ata enquanto ação simbólica e possibilidades de manipulação do leitor, como definido por McEachern (1998), ou ainda outras questões relacionadas ao processo de transcrição de falas para um gênero escrito de formato relativamente rígido levando a interpretações errôneas, como indicado por Gibson (2022), acreditamos que estas são questões que se impõem à análise desse tipo de documento, independentemente da metodologia de análise adotada. Seja na análise de discurso, na pesquisa exploratória ou no estudo contextual, torna-se imperativa a comparação com outras fontes de informações, produzidas por diferentes agentes ou instituições, de forma a dar maior confiabilidade aos dados coletados e refutar informações equivocadas.

Dito isto, diferentemente da pesquisa realizada no mestrado (Barros, 2018), não intencionamos realizar uma análise de discurso, mas sim captar os fatos, agentes, relacionamentos, leis e articulações que não aparecem de forma tão clara e direta em meios de

comunicação e outras fontes de dados, e que podem revelar as hierarquias e estratégias dos agentes na apropriação e uso do território anapolino durante o recorte delimitado.

Com base nessa escolha de método, e frente ao conteúdo encontrado no decorrer da leitura dos documentos, foram criadas 1.254 citações, divididas em 186 códigos (é possível aplicar mais de um código por citação), com cinco códigos de maior hierarquia, conforme demonstrado no Quadro 1: Industrialização de Anápolis; Infraestruturas Logísticas; Normas e Leis; Articulações Políticas; Guerra dos Lugares. A título de exemplo, já em um segundo nível hierárquico, os temas com o maior número de citações foram o DAIA (251 citações), seguido da Secretaria Estadual da Indústria e Comércio (SIC) (142 citações), empresas farmacêuticas (114 citações) e questões tributárias (113 citações).

De maneira geral, considerando todos os temas, a categoria que mais possui citações é a de articulações políticas, fornecendo as atas de informações de figuras públicas que compunham a rede de relações da associação, e que indicam fontes de pesquisa: diários oficiais do município, estado[5] e União; agendas legislativas de vereadores, deputados estaduais[6] e federais[7] e senadores, entre outros.

Para demonstrar neste artigo a forma como utilizamos as fontes, optamos pelo tema do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), aquele que aparece mais frequentemente nas atas, de acordo com a nossa classificação. Incluso na categoria da industrialização de Anápolis, selecionamos o tema das leis de isenção de impostos para indústrias na escala municipal, e trazemos alguns dados sobre a ocupação do distrito.

Atração de indústrias pelo município de Anápolis e a ocupação do DAIA

No decorrer do recorte temporal analisado, algumas das demandas mais recorrentes dos empresários anapolinos eram relacionadas a isenções fiscais, especialmente na escala estadual, sendo atendidas por diferentes programas de incentivos fiscais

5 Secretários Estaduais da Indústria e Comércio do Estado de Goiás que eram diretores da ACIA: Hugo Goldfeld (1979-1983); José Marreto (1986-1987); Benjamin Bezze Júnior (1991-1994); Mozart Soares Filho (2000-2002); Ridoval Chiareloto (2003-2008); Luiz Medeiros Pinto (2008-2009).

6 Articulações com Deputados Federais por Goiás: Fernando Cunha Júnior, Nelson Marchesan, José de Assis, Henrique Santillo, Adhemar Santillo, Aldo Arantes, Pedro Canedo, Wolney Martins, Lúcia Vânia.

7 Articulações com Senadores por Goiás: Henrique Santillo, Mauro Borges, Onofre Quinan, Iris Resende, Lúcia Vânia, Maguito Vilela, Marconi Perillo.

baseados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), como a Lei 7.700/1973[8], o Fomentar[9], o Produzir[10] e, mais recentemente, o ProGoiás[11].

Santos (1996), ao considerar o espaço enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, associa os objetos às técnicas e as ações às normas. Seja em nível global ou local, criada pelo estado ou por empresas, formais ou informais, são as normas que regulam as ações e, portanto, o próprio território: "No período atual, a 'organização' das 'coisas' passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental" (Santos, 1996, p. 228).

Mesmo considerando a possibilidade da criação privada de normas, os documentos analisados nos forneceram muitas informações a respeito das normas oficiais, quais sejam, leis. São citadas diversas leis municipais, estaduais e federais nos documentos e reconhecemos a importância central da escala estadual, traduzida nos programas de incentivo citados acima. No entanto, preocupados com a escala local, decidimos demonstrar a metodologia utilizada a partir de leis municipais de incentivo à industrialização. Segundo Santos (1996, p. 273), cabe ao lugar exercer o "comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita", enquanto os aspectos políticos são decididos em escalas superiores.

Em 22 de julho de 1977 (ACIA, 1977), já aparecem tentativas e requisições ao prefeito de Anápolis para conceder a isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) para todas as empresas instaladas no DAIA. A atuação direta da ACIA pode ser vista em uma correspondência enviada ao prefeito no mês seguinte:

> Correspondência expedida ao prefeito Jamel Cecílio: "Propondo alteração na Lei nº 422, de 7 de dezembro de 1973, para isentar as empresas do DAIA do pagamento dos seguintes tributos municipais: 1) Imposto Predial e Territorial Urbano; 2) Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza; 3) Taxas e Contribuições de Melhoria (ACIA, ata da reunião de 5/8/1977).

Duas semanas depois, em 19 de agosto, a correspondência era de agradecimento ao prefeito pela remessa à Câmara Municipal de um projeto alterando a Lei nº 422/1973, e concedendo a "isenção de todos os tributos municipais, às indústrias instaladas ou que se instalarem no Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, por um período de 5 anos" (ACIA, ata da reunião de 19/08/1977).

---

8 GOIÁS. Lei nº 7.700, de 19 de setembro de 1973. Estabelece incentivos à industrialização do Estado, cria Conselho Superior de Prioridades para o Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, 27 set. 1973.

9 GOIÁS. Lei nº 9.489, de 19 de julho de 1984. Cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, 31 jul. 1984.

10 GOIÁS. Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000. Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, 20 jan. 2000.

11 GOIÁS. Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020. Dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal nº 160, de 7 de agosto de 2017. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, 3 jun. 2020.

Em 21 de outubro de 1977, é relatado o recebimento de uma correspondência do Secretário Estadual da Indústria e Comércio cumprimentando a associação pela aprovação da Lei nº 631, que concede isenção de tributos municipais às indústrias do DAIA (ACIA, 1977). Outra lei é citada em 1979: "[...] efetuou a leitura do texto da Lei nº 752, de 05/04/79, que concede isenções de tributos municipais, durante 5 anos, às indústrias beneficiadas pela Lei Estadual nº 7.700 e às que se instalarem no Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, até 31 de dezembro de 1980" (ACIA, ata da reunião de 20/04/1979).

A Lei nº 752/1979 geraria uma série de conflitos com a prefeitura, de acordo com os registros observados. Em julho de 1980, é citada uma interpretação pelo município de que a lei seria inconstitucional, por considerar que a norma de 1977 estava revogada em 1979. A procuradoria do município teria dado pareceres contrários à concessão de benefícios a algumas empresas com base nessa interpretação (ACIA, 11/07/1980). Poucos meses depois, é relatado um encontro com vereadores para debater alterações realizadas pelo prefeito no Código Tributário do Município, aumentando as alíquotas de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (ACIA, 05/12/1980).

Em outubro de 1984, uma nova Lei municipal é citada: "O Presidente Nylson Teixeira falou também sobre a Lei Municipal nº 1.231, de 10/10/84, que cria incentivos à industrialização do município de Anápolis, enaltecendo o trabalho da Prefeitura em criar mecanismos que facilitem a implantação de novas indústrias em Anápolis" (ACIA, ata da reunião de 24/10/1984).

Em outubro de 1989, a ACIA recebe a visita do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, que entrega a cópia da Lei nº 1.701/89, de 18/09/1989, sobre incentivos para a industrialização de Anápolis. Os presentes ficaram na dúvida, no entanto, se ela valeria só para as empresas do DAIA, ou se também serviria para firmas instaladas em outros pontos da cidade (ACIA, 04/10/1989).

Após a criação do Fomentar, em 1986, os empresários passam a pressionar o munícipio para reformular a política de incentivos se espelhando no programa estadual, passando os prazos de fruição de sete para dez anos (ACIA, 26/05/1993). Em 1994, novamente relacionado ao Fomentar, é dito que "Anápolis abriu mão dos seus 25% de ICMS, do Fundo de Participação dos Municípios, a fim de facilitar o enquadramento de Anápolis no programa Fomentar" (ACIA, ata da reunião de 15/06/1994).

Em 2003, quando a presença das empresas farmacêuticas já era consolidada, inclusive nas reuniões da associação, um dos representantes do setor cobra a prefeitura para tomar uma posição em relação aos impostos municipais, especialmente IPTU, ITBI e ISSQN, advogando que as empresas farmacêuticas atendiam ao SUS, e que os impostos altos poderiam prejudicar o fornecimento de medicamentos (ACIA, 08/10/2003).

A partir de 2005, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) passa a ser um motivo de disputa. Em 14 de setembro de 2005, o Secretário Municipal da Fazenda participa da reunião da diretoria, anunciando um decreto da prefeitura que "contempla com a prescrição do IPTU na área do DAIA empresas que ali venham se instalar, acabando assim com o antigo problema entre o município e a Goiás Industrial [...] O Decreto

dispõe sobre o Cadastro de Financiamento de Atividades Econômicas de Profissionais e dá outras providências" (ACIA, ata da reunião de 14/09/2005). Uma questão interessante neste trecho refere-se à responsabilidade de gestão do distrito, uma vez que era administrado por uma empresa estadual (Goiás Industrial), enquanto incidia sobre seus lotes um imposto municipal.

Em fevereiro de 2006, este problema ainda persistia. Presente na reunião, um diretor da Neoquímica salientou que as empresas instaladas no DAIA estavam recebendo anualmente a cobrança de IPTU, mesmo sendo beneficiárias dos programas Fomentar e Produzir (ACIA, 15/02/2006). Em maio do mesmo ano, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico comparece à reunião e endereça sua fala aos empresários do DAIA. É comentado sobre um decreto ou projeto de Lei, mas seu nome não é citado (ACIA, 17/05/2006). Discutia-se então o novo Código Tributário do Município, que teria sido enviado pelo Prefeito às pressas para a Câmara. Observa-se a insatisfação dos empresários com trâmite da lei:

> O estado, para atrair empresas para Goiás usa instrumentos ilusórios. Promete isenção de impostos, por exemplo. Quando a empresa se instala percebe que o município não está em sintonia com o Estado e não oferece nenhum incentivo. O ideal seria que se criasse um plano de incentivo fiscal, uma espécie de fomentar municipal. [...]os empresários estão pensando que é um golpe do Prefeito, mandando um projeto como esse no apagar das luzes, sem o mínimo de consideração por eles que são os maiores interessados no assunto (ACIA, ata da reunião de 13/12/2006).

A questão parece ser resolvida no início de 2007, após a votação do Código Tributário, nas últimas sessões da Câmara Municipal de 2006. Em meio às discussões, mencionam problemas com as formas de cobrança do IPTU e do ITBI, apontando para este último um problema que existiria na Lei nº 432 do Código Tributário[12]. Outro problema apontado é a existência de uma "Taxa de Licença", julgada em segunda instância como inconstitucional, após apelo da ACIA. O problema alegado era de que mudaram a base de cálculo, antes relacionada ao número de funcionários, passando para a metragem do estabelecimento. A instrução era de que os associados não pagassem a taxa de licença para a prefeitura (ACIA, 07/02/2007).

A disputa entre prefeitura e ACIA pela taxa de licença continuou em abril de 2007. De acordo com a entidade, seus associados eram desobrigados a pagar o tributo devido a uma decisão judicial favorável, questionada pela prefeitura devido à aprovação de um novo código tributário. É lido também, na reunião, o título do acórdão: "Ementa: Apelação Cível Taxa de Renovação Anual de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimento Comercial. Fato gerador. Poder de polícia" (ACIA, ata da reunião de 18/04/2007). É dito ainda que a primeira ação da ACIA contra a Taxa teria ocorrido em dezembro de 2001, enquanto o acórdão beneficiando os associados da entidade foi emitido em setembro de 2005.

12 Não encontramos esta lei no *site* da prefeitura. Também não foi achada em *sites* de compilação de leis, indicando a necessidade de investigação mais aprofundada.

A contenda com a prefeitura originou, no mês seguinte, uma assembleia extraordinária dos empresários anapolinos para autorizar a ACIA a entrar com uma Ação Judicial contra o município questionando legalmente dois itens:

> a.I) da Taxa de Licença para funcionamento exigida anualmente pelo Município de Anápolis, cobrada pelo Código Tributário Municipal de Anápolis já revogado e questionando a legitimidade da mesma preconizada no Novo Código Tributário Municipal de Anápolis que está em vigor desde o início do corrente ano; a.2) das restituições dos valores pagos pelos associados da entidade referente à Taxa de Licença Municipal cobrada na vigência do Código Tributário Municipal de Anápolis já revogado (ACIA, ata da reunião de 30/05/2007).

Em meio à disputa, um novo código tributário municipal foi aprovado em 19 de setembro: "No dia 19 de setembro, a Câmara Municipal de Anápolis aprovou alteração na Lei Complementar nº 136, de 28 de dezembro de 2006 (Código Tributário e de Rendas do Município)" (ACIA, ata da reunião do dia 26/09/2007).

Depois disso, as citações sobre as questões fiscais municipais diminuem. Entre os registros que obtivemos, a última citação sobre os impostos municipais ocorreu em fevereiro de 2009. É relatada uma "queixa unânime dos presentes" de que "a prefeitura nunca devolveu em serviços o que é arrecadado em tributos no DAIA". Além disso, pedem também "que o programa municipal seja desvinculado do 'Produzir', do governo estadual. Também foram solicitadas medidas urgentes em relação à adequação dos valores do IPTU, extinção da Taxa de Licença e Funcionamento e revisão nos valores da multa confiscatória sobre atraso de pagamento do ISS" (ACIA, ata da reunião de 04/02/2009).

Todo este processo evidencia a relação de tensão entre a classe empresarial e a prefeitura. Ainda que esta tenha elaborado ou aprovado leis que beneficiassem a instalação e o funcionamento de indústrias no município, são frequentes as citações sobre cobranças "indevidas", interpretações das leis que prejudicassem as empresas e disputas políticas, exemplificadas na presença de políticos e técnicos nas reuniões, convocações de assembleias e ações judiciais para garantir o não pagamento de tributos. Considerando a escala local, concordamos com Santos (1996, p. 322) quando diz que

> no lugar – um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora da comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

A leitura exploratória das atas nos permitiu elaborar o Quadro 2, com todas as leis municipais de isenção de impostos citadas, constando de suas principais disposições. A partir do quadro elaborado, seguindo as informações retiradas das atas de reuniões da ACIA, podemos reconstituir o histórico das leis municipais de incentivo à industrialização de Anápolis. Começando pelos tipos de impostos e benefícios concedidos, percebe-se

que há um crescimento constante na quantidade de isenções de taxas, impostos e serviços. Se em 1973 havia apenas dois impostos contemplados na lei de isenção, este número passa para nove taxas diferentes em 2004, além dos serviços de limpeza dos terrenos e terraplanagem realizados gratuitamente pela prefeitura. Em relação à duração, o município não ficou em nenhum momento, durante o período analisado, sem uma norma que gerasse benefícios fiscais à industrialização.

Os dados que mais nos chamam a atenção são a abrangência espacial e vinculação a outras leis. A Lei nº 422, de 1973, condicionou a concessão dos benefícios ao DAIA antes mesmo que ele fosse inaugurado. O distrito consta em todas as leis de incentivo enquanto condicionante até a década de 2000, quando a ocupação de indústrias se torna realmente efetiva. A partir de 2004, com poucos lotes sobrando para a concessão a empresas, a abrangência se torna o território do município (Anápolis, 2004). Processo semelhante pode ser observado em relação aos incentivos dados em outras escalas, ainda que com menor intensidade. Se as três primeiras leis indicam a busca por uma consolidação da Lei Estadual nº 7.700/73 (as Leis nºs 631 e 752 não condicionam, mas permitem que empresas beneficiárias fora do DAIA possam se beneficiar também no município), o mesmo ocorre a partir de 1991, com o Fomentar, criado em 1986, e também com programas federais a partir de 2004 (Quadro 2) .

O processo de criação de leis municipais de incentivo à industrialização ocorreu paralelamente à ocupação do Distrito Agroindustrial de Anápolis. Inaugurado em 1976, o DAIA demorou a ter seus lotes ocupados. Em sua dissertação de mestrado sobre a política de criação de distritos industriais pelo de Goiás, Santos (1999) recuperou o número referente a 1980 de nove empresas em funcionamento, quatro em construção e quatro com área escriturada. Seis anos depois, em visita do Secretário Estadual de Indústria e Comércio à ACIA, foi apresentado o estado do processo de ocupação: “Presente à reunião, o Diretor e Secretário da Indústria e Comércio José Marreto disse haver atualmente no DAIA 17 empresas em funcionamento, sendo que dessas 4 estão em ampliação de suas instalações, há 8 em instalação e 5 a serem instaladas, já com carta-proposta e projetos aprovados (ACIA, ata da reunião de 02/04/1986).

Três anos depois, é relatado um aumento significativo no número de empresas instaladas:

> O Secretário [Municipal] de Desenvolvimento Econômico, Washington Gomes Barbosa, afirmou que o processo de ocupação do DAIA vai bem. Hoje há no DAIA 46 empresas instaladas, gerando 4.210 empregos diretos. Disse, acrescentando, que outras 16 indústrias se encontram em construção e há 34 outras com área reservada na Secretaria de Indústria e Comércio (ACIA, ata da reunião de 25/01/1989).

Em 1991, 15 anos após a inauguração do distrito, o número apresentado pelo Secretário Estadual da Indústria e Comércio havia chegado a “70 empresas em funcionamento, 21 em construção e 41 em pré-reserva, com a melhor infraestrutura da Região Centro-Oeste” (ACIA, ata da reunião de 06/11/1991).

Revista da Anpege | v. 19 nº. 39 (2023) | e-issn: 1679-768x

Quadro 2 – Leis municipais de incentivos fiscais para indústrias em Anápolis

Lei	Tipos de impostos	Outras facilidades	Prazo	Dura-ção	Vinculação a outras leis	Abrangência espacial
Lei nº 422, de 07/12/73	IPTU, ISS	Desapropriação e Doação de terrenos; serviços urbanos	31/12/78	5 anos	Beneficiários da Lei 7.700/1973	DAIA
Lei nº 631, de 26/09/77	IPTU, ISSQN, taxas de contribuição de melhoria	ISSQN sobre serviços de execução do projeto de obras civis	31/12/78	5 anos	Não condiciona	DAIA + beneficiários da 7.700
Lei nº 752, de 05/04/79	IPTU, ISSQN, taxas de contribuição de melhoria	ISSQN sobre serviços de execução do projeto de obras civis	31/12/80	5 anos	Não condiciona	DAIA + beneficiários da 7.700
Lei nº 1.231, de 10/12/84	Taxas de expediente, licença para construção e funcionamento; IPTU; topografia e terraplanagem; ISSQN	Tributos + Serviços	01/09/84 a 31/08/89	5 anos	Não condiciona	DAIA
Lei nº 1.701, de 18/09/89	Taxas de expediente, licença para construção e funcionamento; IPTU; limpeza e terraplanagem; ISSQN; ITBI de lotes	Tributos + Serviços. Adiciona ITBI (Terrenos da Goiás Industrial) e limpeza de terreno	31/08/89 a 31/12/91	5 anos	Não Condiciona	DAIA
Lei nº 1.915, de 12/12/91[1]	Taxas de expediente, licença para construção e funcionamento; IPTU; ISSQN; ITBI (DAIA); terraplanagem e limpeza de área.	Tributos + Serviços. ITBI restrito a lotes no DAIA. Maior tempo para empresas “pioneiras”	01/01/92 a 30/06/93	5 anos/7 anos para empresas “pioneiras”	Beneficiários do Fomentar, caso esteja fora do DAIA	DAIA + “áreas de interesse social”
Lei nº 2.155, de 17/11/93	Mantém a Lei nº 1.915, mas equipara a fruição ao mesmo prazo concedido pelo programa Fomentar.					
Lei nº 3.109, de 16/12/04	Taxas de Expediente; Licença para Construção; Licença para Funcionamento, Certidão de Uso do Solo; Serviços Urbanos e Fiscalização Sanitária; IPTU; ISS; ITBI.	Serviços de terraplanagem e limpeza de terrenos	Não dá prazo de validade para a lei	5 anos	Beneficiários de programas estaduais ou federais	Município de Anápolis

Fonte: Anápolis (1973; 1977; 1979; 1984; 1989; 1991; 1993; 2004). Elaborado pelo autor.

1 A Lei nº 1.915, de 12/12/1991, não é citada nas atas analisadas.

Em 1995, observa-se certa apreensão com a quantidade de lotes vazios concedidos a empresas, mas que não foram efetivamente ocupados. Temia-se que o número de indústrias funcionando divulgado fosse superestimado, e que empresas de Goiânia (cidade concorrente na atração de capitais) imaginassem que não houvesse mais espaços disponíveis:

> "O diretor José Marreto entende que é preciso fazer um levantamento da real ocupação do DAIA. Chegou-se a divulgar que lá existem 80 indústrias em funcionamento quando, na verdade, esse número é bem inferior, fazendo com que Goiânia tenha uma visão distorcida do DAIA, levando a crer que o distrito não precisa mais de indústrias" (ACIA, ata da reunião de 11/01/1995).

Comparando ao quadro levantado por Santos (1999), no ano de 1998 havia 64 empresas em funcionamento, 16 empresas desativadas, 3 em construção e uma com área reservada. Considerando todos os lotes escriturados, chega-se a um total de 84 empresas. Nota-se que o número apresentado no trabalho acadêmico em 1998 é inferior ao reportado pelo Secretário de Indústria e Comércio aos empresários, mesmo em 1991, quando apresentava um total de 91 empresas funcionando ou em construção, ou 132 empresas, considerando as "pré-reservas".

Em 1999, já são mais frequentes as citações a empresas do setor farmacêutico. Um diretor de uma das empresas, presente na reunião, cita a presença de sete indústrias farmacêuticas de porte médio e grande no DAIA, de um total de 13 instaladas no estado de Goiás, advogando pela atração de mais firmas do setor (ACIA, 18/08/1999). Comparando novamente ao trabalho de Santos (1999), ela contabiliza 6 empresas farmacêuticas no distrito no ano de 1998 (Neoquímica, Vitapan, Teuto, Greenpharma, Champion e Kinder).

Em 2008, em meio a queixas sobre o conflito entre empresas de setores diferentes dentro do distrito, apresentadas por empresários em 14/05/2008, é citado um novo dado quantitativo sobre a ocupação do distrito: "Sobre o DAIA, acreditam que muitos empresários não têm o conhecimento que deveriam ter, e com dados, disse que cento e quarenta e sete empresas estão assentadas, quatorze estão em assentamento, cento e oito em funcionamento e quinze em processo de expansão (ACIA, ata da reunião de 05/11/2008).

Poucos meses depois, a última menção à ocupação do DAIA dá conta de 110 empresas em funcionamento, sendo 18 delas pertencentes ao setor farmacêutico (ACIA, 04/02/2009). Outra dissertação na área da Geografia, escrita por Cunha (2009), analisa as influências do DAIA na economia anapolina a partir da década de 1990. A autora apresenta a relação de empresas instaladas no distrito em abril de 2008, totalizando 114 empresas em funcionamento, sendo 16 ligadas ao setor farmacêutico. Contudo, ela não apresenta empresas em construção, desativadas ou apenas escrituradas. De qualquer forma, os valores quantitativos são condizentes com aqueles registrados nas atas de reunião de 2008 e 2009, com pequenas variações.

Entre as citações retiradas das reuniões, apenas as informações relativas à década de 1990 mostram grandes discrepâncias em relação ao trabalho de pesquisa utilizado como base de comparação. Uma definição exata em determinado ano é difícil pelo dinamismo do lugar, com a instalação e desativação constante de empresas, especialmente

durante o processo de reestruturação produtiva do capital, no final do século XX, que pode ser observado também em Anápolis, na escala local.

Ao analisar o processo de ocupação do DAIA no decorrer das últimas décadas, com a mediação realizada pelas leis de incentivo à industrialização do município, identificamos indícios sobre o quadro com o qual nos deparamos na atualidade, em que predominam as empresas ligadas ao setor farmacêutico, substituindo algumas firmas mais antigas ao mesmo tempo que outras conseguem manter sua atividade produtiva.

Consideramos etapa fundamental da pesquisa reconstituir o processo de equipamento e normatização do território no período anterior ao foco principal da pesquisa, de modo a evitar uma análise puramente descritiva, que não aborda as contradições do mundo social, como indica Santos (1996, p. 36):

> A dimensão histórica ou temporal é assim necessária para se ir além do nível de análise ecológica e corográfica. A situação atual depende, por isso, de influências impostas. O comportamento do novo sistema está condicionado pelo anterior. Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem.

Seria possível ainda fazer uma análise comparativa, colocando em evidência as empresas, seu perfil de atuação e participação acionária, além do setor produtivo, entre os diferentes recortes de tempo capturados na análise documental, permitindo analisar de forma concreta o processo de reestruturação produtiva no modo como se deu na escala local, em Anápolis. Esta é uma das nossas próximas etapas de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo contribuir para a discussão a respeito das fontes de pesquisa utilizadas na Geografia a partir da nossa experiência com a leitura, classificação e uso de atas de reuniões enquanto fonte documental.

O uso das atas como fonte, conforme tentamos mostrar, é repleto de perigos e armadilhas, para os quais o pesquisador precisa estar atento. Ao mesmo tempo, se mostra uma fonte ímpar, testemunha (parcial) de tempos pretéritos, recheada de detalhes, conflitos, nuances, particularidades impossíveis de serem apreendidas através de documentos oficiais ou institucionais, carregados de formalidade.

É preciso tomar todos os cuidados possíveis: ter em mente a problemática de pesquisa enquanto eixo norteador, uma espécie de filtro ao ler as informações em seu formato bruto e julgar quais podem ser úteis para a construção do objeto de pesquisa ou indicar novas pistas de investigação; definir as técnicas de pesquisa qualitativa a serem utilizadas, a depender dos objetivos e do escopo da pesquisa; utilizar as ferramentas corretas e estabelecer temas, unidades de análise que permitem criar uma (ou várias) narrativas durante a análise dos documentos; definir um recorte temporal de análise da série documental que seja suficiente para compreender o objeto, ao mesmo tempo que

possa ser analisado em tempo factível, de acordo com o cronograma da pesquisa; problematizar a posição política e institucional dos criadores das atas, que podem (e geralmente o fazem) distorcer as informações em alinhamento com suas posições ideológicas; comparar as informações coletadas em trabalhos acadêmicos, leis, textos institucionais, notícias, outros documentos escritos e não escritos.

O município de Anápolis se preparou normativamente para receber indústrias em um momento em que a atividade secundária no estado de Goiás era incipiente, em movimento liderado ora pelo Estado, ora pelo mercado. A necessidade de fortalecer, ocupar e justificar o distrito industrial recém-instalado no município, ao mesmo tempo que disputava a atração de investimentos com outros lugares de maneira agressiva, impulsionou a criação de leis e instrumentos normativos cada vez mais subservientes às empresas que se instalassem na cidade. A ocupação do DAIA, lenta na primeira década, teve um grande impulso a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, tendo a maioria dos seus lotes ocupados na década de 2000, conforme indicam as atas da ACIA e comprovam os trabalhos e leis consultados após a análise documental direta que realizamos.

A convivência e reflexão contínua com a fonte nos fez questionar que tipo de Geografia estávamos fazendo, e se era de fato um trabalho de Geografia. Podemos dizer que não é um trabalho de Geografia Histórica, assim como podemos negar que seja um trabalho de História. Buscamos no passado, através de uma pesquisa definida por nós como exploratória (e não menos importante por isto), os elementos que nos ajudam a reconstruir o passado do nosso objeto de pesquisa, ou seja, reconstruir o próprio objeto, que não se desvincula de sua história, em seu processo de constituição até o presente, levando em consideração os agentes, as normas e objetos envolvidos, com o foco neste dado momento na escala do local, sendo necessário ainda articular os fatos e informações encontrados com os de outras escalas de abrangência.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível graças às bolsas de doutorado concedidas parcialmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, processo: 162641/2021-4) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo nº 2022/05320-2).

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. A. Construindo uma geografia do passado. Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *GEOUSP*, São Paulo, v. 7, p. 13-25, 2000.

ANÁPOLIS. Lei nº 422, de 7 de dezembro de 1973. Estabelece incentivos às empresas que se instalarem no Distrito Agroindustrial de Anápolis e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. Anápolis, 1973.

ANÁPOLIS. Lei nº 631, de 26 de setembro de 1977. Altera lei que menciona e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. Anápolis, 1977.

ANÁPOLIS. Lei nº 752, de 5 de abril de 1979. Altera lei que menciona e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. Anápolis, 1979.

ANÁPOLIS. Lei nº 1231, de 10 de outubro de 1984. Cria incentivos à industrialização no município de Anápolis. *Diário Oficial do Município*. Anápolis, 1984.

ANÁPOLIS. Lei nº 1701, de 18 de setembro de 1989. Cria incentivos à industrialização no município de Anápolis. *Diário Oficial do Município*. Anápolis, 1989.

ANÁPOLIS. Lei nº 1915, de 12 de dezembro de 1991. Cria incentivos à industrialização de Anápolis e dá outras providências*. Diário Oficial do Município*. Anápolis, 1991.

ANÁPOLIS. Lei nº 2155/93, de 17 de novembro de 1993. Revigora a lei que cria incentivos para o DAIA e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. Anápolis, 1993.

ANÁPOLIS. Lei nº 3109, de 16 de dezembro de 2004. Cria incentivos à industrialização no município de Anápolis, revoga a Lei nº 1915, de 12 de dezembro de 1991 e Lei nº 2155, de 17 de novembro de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. Anápolis, 2004.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ANÁPOLIS (ACIA). Biblioteca da ACIA. *Livros de atas de 1977 a 2009*, Anápolis. 16 v., 4842 p.

BARROS, Cézar F. *As costuras de uma oligarquia e seus arremedos*: estratégias de reprodução do poder na produção do espaço urbano de Anápolis (1936/1976). 242 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais. Goiânia: IESA/UFG, 2018.

BARROS, Cézar. F.; SILVA, Rusvênia. L. R. B. da (2021). Dos vagões ao asfalto: poder local e uso do território em Anápolis/GO (1936-1976). *Revista Campo-Território*, 15(38 Dez.), 228-256. Disponível em: https://doi.org/10.14393/RCT153809.

CARNEIRO, Adele.; BARROS, Amon. (2017). Uso de documentos para narrar a história de organizações: reflexões e experiências. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(30), 14-23. Disponível em: https://doi.org/10.11606/rco.v11i30.134408.

CELLARD, Andre. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al*. *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, Wânia C. F. *Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano*: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990. 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

ESQUINSANI, Rosimar S. S. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *Educação Unisinos*, v. 11, p. 103-110, 2007.

GIBSON, D. R. Minutes of history: talk and its written incarnations. *Social Science History*, 2022. 643-669. Disponível em: https://doi.org/10.1017/SSH.2022.4.

GODOY, Paulo. R. T. A Geografia Histórica e as formas de apreensão do tempo*. Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 2-8, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 462-478.

LEITE, Thomaz M. As críticas do estudo do passado na Geografia. *Terra Brasilis* [*online*], 13 | 2020. Disponível em: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/6283. Acesso em: 5 ago. 2023.

MCEACHERN, Robert. W. Meeting minutes as symbolic action. *Journal of Business and Technical Communication*, v. 12, nº 2, p. 198-216, 1998.

PESSÔA, Vera. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. *Geo UERJ* (2007), v. 1, p. 4-18, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson. R.; ALMEIDA, Cristovão. D. de; GUINDANI, Joel. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351.

SALVI, Rosana F. Os Estudos do tempo na Geografia Humana brasileira. *Semina (Londrina)*, Londrina, v. 15, n. 3, p. 250-259, 1994.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2014 [1985].

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 6. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2014 [1988].

SANTOS, Milton. *O país distorcido*: o Brasil, a globalização a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2002 [1978].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. L. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Oyana R. *A política de industrialização em Goiás com os distritos agroindustriais*: DAIA (1970-90). 1999. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, IESA/UFG, 1999.

SCHWARTZ-ZIV, Miriam.; WEISBACH, Michael. What do boards really do? Evidence from minutes of board meetings. *Journal of Financial Economics*, 108(2), 349-366, 2013. Disponível em|: http://dx.doi.org/10.1016/j.jfineco.2012.04.011.

SILVA, Marcelo W. da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. Terra Brasilis (Nova Série). *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, v. 1, p. s/n-s/n, 2012.

SOBRE O AUTOR

CÉZAR FREITAS BARROS – Doutorando em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

E-mail: cezar.freitas.barros@gmail.com